

Debate sobre Reforma Administrativa na Câmara ignora servidores e privilegia visão liberal

O Grupo de Trabalho (GT) da Reforma Administrativa, em curso na Câmara dos Deputados, tem avançado de forma acelerada e sem oferecer as condições mínimas para um debate democrático e plural. Entidades representativas do funcionalismo público, como a Condsef/Fenadsef, que reúne mais de 80% dos servidores do Executivo Federal, além de representantes estaduais e municipais, não tiveram espaço de fala ou foram relegadas a participações simbólicas, com tempo reduzido a apenas três minutos em audiências públicas que tratam de temas cruciais para o conjunto do serviço público brasileiro.

Desde o início dos trabalhos do GT, o que se observa é um cenário amplamente favorável ao discurso do Estado mínimo, com destaque para a presença reiterada de representantes do setor produtivo e de instituições com forte viés liberal, como FGV, Fundação Dom Cabral e Insper. Na última terça-feira, 1º de julho, a condução do GT seguiu esse padrão: durante a manhã, os parlamentares ouviram acadêmicos previamente alinhados à lógica gerencialista, e à tarde, o debate foi dominado por representantes das carreiras jurídicas, que contaram com tempo e liberdade para defender suas pautas — um contraste flagrante com a forma como as demais categorias foram tratadas.

Entre os poucos momentos críticos, o pesquisador Rafael Rodrigo Viegas, da FGV,



destacou-se ao denunciar os supersalários do Judiciário, sustentados por mecanismos institucionais que dificultam qualquer tipo de controle social. Segundo Viegas, a autonomia dos tribunais e a estrutura dos conselhos como o CNJ e o CNMP, compostos majoritariamente por membros das próprias carreiras, impedem a fiscalização efetiva e perpetuam privilégios. Para ele, uma reforma administrativa séria deveria enfrentar esse modelo de blindagem institucional e abrir espaço para o controle externo, com participação da sociedade civil e dos servidores públicos de base.

Também se destacaram as intervenções de Cláudia Souza Passador, professora titular da USP, e Carlos Vainer, professor emérito da UFRJ. Ambos criticaram a proposta em curso e defenderam a manutenção de um Estado forte, voltado ao atendimento das demandas sociais e baseado na valorização do servidor público como agente essencial da democracia.

Para João Carlos Lima

Martins, presidente do Sindsep, a condução do GT revela o objetivo real por trás da chamada reforma administrativa:

“É inaceitável que mais de 11 milhões de servidores públicos no Brasil estejam sendo ignorados em um debate que afeta diretamente suas vidas e o funcionamento do Estado. O que está sendo colocado em pauta não é uma reforma para melhorar os serviços, mas um projeto de desmonte, que exclui a voz dos trabalhadores e privilegia os interesses de uma elite. O Sindsep continuará mobilizado para resistir a qualquer tentativa de enfraquecer o serviço público e retirar direitos da população”, declarou Martins.

Enquanto o GT segue priorizando uma visão tecnocrática e excludente, cresce entre servidores e movimentos sociais a articulação por um processo verdadeiramente democrático de discussão, que valorize a escuta ativa, a transparência e o compromisso com um modelo de Estado voltado à promoção dos direitos sociais.

IFMA abre edital de R\$ 300 mil para fortalecer programas de pós-graduação stricto sensu

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPGI) do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) lançou o Edital nº 114/2025, destinado a fomentar o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação nos programas de pós-graduação stricto sensu da instituição. Com um montante total de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o edital busca fortalecer a infraestrutura acadêmica e promover avanços na produção científica dos programas contemplados.

Os recursos poderão ser aplicados na aquisição de materiais de consumo, contratação de serviços diversos, compra de equipamentos, passagens e outras despesas consideradas essenciais para o aprimoramento das atividades acadêmicas e de pesquisa. Cada proposta poderá solicitar até R\$ 37.500,00, sendo metade destinada a custeio e metade a despesas de capital.

Estão aptos a submeter pro-

postas coordenadores ou vice-coordenadores dos programas de pós-graduação stricto sensu do IFMA que estejam com suas prestações de contas regulares junto à PRPGI. Entre os programas contemplados pelo edital estão mestrados acadêmicos e profissionais em áreas como Ciência e Tecnologia de Materiais, Química, Ensino de Física, Educação Profissional e Tecnológica, Engenharia Mecânica, Produção Animal (em associação com a UEMA), Computação Aplicada, além do doutorado acadêmico em Química em associação com a UFMA.

As inscrições podem ser feitas entre os dias 3 e 20 de julho de 2025, por meio do módulo Pesquisa do SUAP (suap.ifma.edu.br/accounts/login). O processo de seleção será realizado em duas etapas: a pré-seleção, para análise documental, e a avaliação de mérito científico, conduzida por comissões institucionais e ad hoc, com participação de pesqui-



sadores do CNPq. Para aprovação, os projetos deverão alcançar no mínimo 70 pontos em critérios como relevância dos objetivos, impacto institucional e adequação orçamentária.

O resultado final está previsto para ser divulgado no dia 8 de agosto de 2025. Informações adicionais podem ser obtidas pelo e-mail posgradua-cao.prpgi@ifma.edu.br ou pelo telefone (98) 3215-1794.

Fonte: IFMA



Julho das Pretas: mês celebra resistência e luta das mulheres negras no Brasil

Eventos em todo o país destacam conquistas, desafios e a importância do combate ao racismo e sexismo

[Matéria completa em cut.org.br/noticias](http://matéria completa em cut.org.br/noticias)